



Organização
Internacional
do Trabalho

► Relatório da OIT

Relatório sobre o Diálogo Social 2024

Diálogo social ao mais alto
nível para o desenvolvimento
económico e o
progresso social

Sumário Executivo

► Sumário Executivo

Esta segunda edição do Relatório sobre o Diálogo Social da OIT centra-se no diálogo social ao mais alto nível enquanto ferramenta crucial para promover o trabalho digno, garantir uma distribuição justa dos rendimentos do trabalho, enfrentar os desafios das transições digital e verde e reparar o “contrato social desgastado”.

O diálogo social ao mais alto nível envolve processos que reúnem representantes de governos, organizações de empregadores e de empresas e organizações de trabalhadores (os parceiros sociais) a nível nacional e setorial. Estes processos foram concebidos para facilitar a negociação, a consulta e a troca de informação sobre questões relacionadas com a política laboral, económica e social. O diálogo social ao mais alto nível inclui processos bipartidos - em que apenas os parceiros sociais participam, nomeadamente para chegar a acordos coletivos - bem como processos tripartidos, que também envolvem representantes do governo.

Ao apresentar exemplos de países e boas práticas de todo o mundo, este relatório ilustra a forma como o diálogo social ao mais alto nível pode servir como um poderoso catalisador para navegar na complexidade, identificar soluções equilibradas e sustentáveis, enfrentar a injustiça social e económica e promover a democracia no mundo do trabalho - e na sociedade em geral.

► O diálogo social ao mais alto nível permite aos países prosseguir o desenvolvimento económico a par do progresso social, em linha com os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para um futuro mais inclusivo e sustentável.

A Agenda 2030 adota uma abordagem inclusiva e de longo prazo para o desenvolvimento económico e o progresso social. O diálogo social ao mais alto nível reúne as condições para o promover. Este relatório argumenta que a abordagem de um país ao desenvolvimento pode afetar significativamente a forma como as instituições de diálogo social ao mais alto nível funcionam. Ao mesmo tempo, os seus efeitos positivos podem influenciar a estratégia de desenvolvimento económico e social de um país, levando-o a adotar práticas mais inclusivas e de longo prazo. Isto cria uma relação bidirecional em que cada parâmetro tem impacto no outro, tal como é apresentado no Capítulo 1.

► Investir no diálogo social ao mais alto nível é ainda mais importante em tempos de crises múltiplas e de mudanças rápidas e estruturais no mundo do trabalho.

A instabilidade geopolítica, a polarização e o declínio da confiança nas instituições de governação estão a dificultar o progresso global em relação à Agenda 2030. Além disso, as rápidas transformações nos mercados de trabalho, impulsionadas pelas transições digital e verde, estão a agravar os desafios da polícrise, exacerbando as desigualdades e deixando para trás grupos em situações vulneráveis. Neste contexto, é essencial um investimento substancial nas instituições, nos processos e nos intervenientes do desenvolvimento sustentável, com base em exemplos que demonstram o valor do desenvolvimento sustentável na promoção da paz laboral, da coesão social, da boa governação e da democracia, que são os *benefícios*

fundamentais do desenvolvimento sustentável. Tirando partido destas bases, o desenvolvimento sustentável pode produzir *benefícios transformadores* que apoiam o desenvolvimento económico e o progresso social, nomeadamente, promovendo o trabalho digno, incluindo o crescimento sustentável da produtividade (Capítulo 2), combatendo as elevadas desigualdades de rendimentos do trabalho (Capítulo 3) e permitindo transições digitais e verdes justas (Capítulo 4). Em conjunto, estes benefícios podem contribuir para a formação de um “contrato social renovado” (Capítulo 5).

► **Não existe um modelo “único” para o diálogo social ao mais alto nível, mas devem existir alguns pré-requisitos para garantir a plena apropriação dos processos de diálogo social por todas as partes interessadas e a sua sustentabilidade ao longo do tempo, nomeadamente:**

- **Respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho**, em particular a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, em conformidade com a Convenção (n.º 87) sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, de 1948 e a Convenção (n.º 98) sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva, de 1949. Estas normas são reconhecidas como direitos fundamentais e como condições que permitem a realização da Agenda para o Trabalho Digno e a justiça social.

Embora estas normas constituam a base para um diálogo social efetivo e inclusivo, cerca de metade da mão de obra mundial continua a não estar abrangida pelas Convenções (n.º 87) e (n.º 98) da OIT. Além disso, os dados da OIT revelam a existência de desafios constantes, tanto a nível legislativo como prático, no que respeita ao respeito e à aplicação destes direitos. Entre 2015 e 2022, a média global do cumprimento nacional da liberdade de associação e do direito à negociação coletiva (indicador 8.8.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) piorou 7 por cento, devido ao aumento das violações das liberdades civis fundamentais dos empregadores, dos trabalhadores e das suas organizações representativas, bem como dos direitos de negociação.

- **Um Estado solidário e um quadro jurídico e regulamentar favorável**, nomeadamente em matéria de prevenção e resolução de litígios. Isto implica a afetação, por parte do Estado, de recursos suficientes para reforçar a capacidade dos parceiros sociais e dos sistemas de administração do trabalho. Exige também a integração do diálogo social em todas as áreas políticas, com o Estado a atuar como facilitador do diálogo social tripartido e como empregador no setor público.

Os dados sobre a filiação em organizações de trabalhadores e em organizações de empregadores e de empresas, bem como as taxas de cobertura da negociação coletiva, servem como indicadores úteis para avaliar este pré-requisito. Os dados disponíveis de 36 países sugerem que a densidade de OOGC varia entre 4 e 98 por cento. A densidade sindical varia entre 25,8 por cento nos países de rendimento elevado e 16,2 por cento nos países de rendimento médio-baixo, com uma média global não ponderada de 20 por cento (dados disponíveis para 139 países, territórios e zonas). Os países com sistemas de negociação colectiva multi-empregadores têm uma taxa de cobertura média mais elevada (71,7 por cento) em comparação com os países com sistemas de negociação mistos ou de empregador único, com 32,1 por cento e 15,8 por cento, respetivamente (dados disponíveis para 93 países).

- **Fomentar a participação representativa** para garantir que os atores e as instituições do diálogo social ao mais alto nível abordam as necessidades e aspirações das diferentes categorias de trabalhadores e empregadores em todos os segmentos dos mercados de trabalho, da economia e da sociedade. Isto é exigido pela Meta 16.7 dos ODS sobre a tomada de decisões reativa, inclusiva, participativa e representativa a todos os níveis. No entanto, os procedimentos para estabelecer ou reforçar a “representatividade” dos parceiros sociais, em conformidade com as melhores práticas internacionais e as recomendações dos órgãos de supervisão da OIT, continuam pouco desenvolvidos e necessitam de melhorias significativas.

- **Um compromisso institucional com o pluralismo**, um princípio democrático fundamental que garante espaço para opiniões diversas e salvaguarda os direitos dos indivíduos e dos grupos de se expressarem e influenciarem a tomada de decisões através de processos legítimos. Uma abordagem pluralista da governação socioeconómica reconhece os diferentes interesses dos empregadores, dos trabalhadores e dos governos, bem como a necessidade de equilibrar vários compromissos políticos e económicos através do diálogo social ao mais alto nível, o que, por sua vez, reforça e complementa as instituições da democracia representativa.

Há muitos exemplos de interação frutuosa entre o diálogo social ao mais alto nível e instituições democráticas mais amplas. Os pactos sociais, por exemplo, tipicamente assinados pelos governos e pelos parceiros sociais a nível nacional, têm sido importantes para reforçar a confiança nas instituições da democracia representativa, em particular durante as crises e as transições políticas. Entre 2019 e 2024, foram assinados cerca de 80 pactos sociais tripartidos, muitos dos quais com o objetivo de facilitar o consenso sobre as reformas laborais, fiscais e das pensões e, mais recentemente, para fazer face ao impacto da crise do custo de vida.

O estado atual do diálogo social ao mais alto nível: avaliar a eficácia e o caráter inclusivo das instituições nacionais de diálogo social

As instituições nacionais de diálogo social (INDS) desempenham um papel vital na promoção da participação dos parceiros sociais na definição de políticas sociais e económicas. A maioria dos 187 Estados-membros da OIT criou INDS dotadas de competências gerais, enquanto que em metade existem INDS adicionais centradas em questões específicas, como o emprego, a segurança social e a fixação de salários. São conhecidos exemplos, a nível mundial, que ilustram a forma como as INDS têm proporcionado benefícios *fundamentais* e *transformadores* que apoiam a conceção e a implementação de um desenvolvimento socioeconómico inclusivo e a longo prazo, mesmo em tempos de crise. No entanto, persistem lacunas significativas na eficácia e inclusividade das INDS a nível mundial. São necessárias ações urgentes para reforçar estas instituições e aumentar as capacidades das organizações de empregadores e de empresas e das organizações de trabalhadores para participarem eficazmente no diálogo social ao mais alto nível.

- **As INDS operam em 87 por cento dos Estados-membros da OIT, embora o seu mandato, composição, funcionamento, capacidades técnicas e influência variem consideravelmente.**

A prevalência generalizada das INDS está frequentemente associada à Convenção (n.º 144) sobre as Consultas Tripartidas relativas às Normas Internacionais do Trabalho de 1976. Ratificada por 158 Estados-membros da OIT, este instrumento apela aos governos para que realizem consultas efetivas com os parceiros sociais sobre as normas internacionais do trabalho. A África, a Europa e a Ásia Central são as regiões onde existe uma maior proporção de INDS permanentes, com 90 e 92 por cento, respetivamente. A maioria das INDS tem uma composição tripartida, embora algumas incluam também organizações da sociedade civil. Quase todas as INDS têm um secretariado, normalmente assegurado pelo ministério do Trabalho, e a maioria é presidida por representantes do governo, incluindo chefes de governo, ministros ou diretores de departamento.

► **Os parceiros sociais têm uma visão positiva da eficácia da INDS, mas manifestam preocupações quanto à capacidade do governo para acompanhar adequadamente os resultados da INDS.**

Um inquérito sobre as percepções realizado para este relatório revela que cerca de três quartos dos trabalhadores inquiridos e cerca de dois terços dos empregadores inquiridos consideram as suas INDS totalmente ou em grande parte eficazes, embora as opiniões variem nas cinco dimensões de eficácia exploradas. Por exemplo, 80 por cento dos empregadores e 71 por cento dos trabalhadores consideram que as INDS têm regras de decisão claras que facilitam a criação de consensos. O inquérito indica percepções geralmente positivas relativamente à capacidade das INDS para produzirem resultados, tais como pactos sociais, recomendações e pareceres consultivos. No entanto, 56 por cento dos trabalhadores inquiridos e 45 por cento dos empregadores inquiridos manifestam preocupação com o facto de os governos e as autoridades públicas não agirem de forma construtiva com base nos resultados das INDS ou não os traduzirem suficientemente em ações políticas e regulamentares.

► **Os parceiros sociais têm uma visão menos positiva da inclusividade das INDS, uma vez que persistem grandes lacunas na participação das mulheres, dos jovens e dos trabalhadores e unidades económicas da economia informal.**

Os resultados do inquérito destacam disparidades significativas no envolvimento das mulheres nas INDS, particularmente em funções de liderança: três em cada cinco trabalhadores inquiridos e metade dos empregadores inquiridos acreditam que as mulheres têm uma participação limitada ou nula nos órgãos de decisão das INDS. Além disso, as conclusões sublinham a necessidade de as INDS reforçarem a representação dos grupos marginalizados, incluindo da economia informal, e de responderem às suas preocupações específicas. Embora os inquiridos concordem com os benefícios de envolver outros atores para além dos parceiros sociais nas INDS, muitos empregadores e trabalhadores consideram que as suas organizações proporcionam uma representação limitada ou inexistente aos trabalhadores e às unidades económicas da economia informal. Um inquérito da OIT aos conselhos económicos e sociais e a instituições similares mostra que a população jovem também está sub-representada nas INDS, sendo as suas preocupações largamente ignoradas. O mesmo inquérito aponta para um declínio no diálogo social ao mais alto nível sensível e inclusivo para este grupo, especialmente desde a pandemia.

O diálogo social ao mais alto nível: alinhamento dos objetivos económicos e sociais para garantir um trabalho digno para todas as pessoas

O diálogo social ao mais alto nível pode reforçar a coerência das políticas entre os intervenientes governamentais, conciliando o crescimento económico e o progresso social e, em última análise, fazendo avançar o objetivo de trabalho digno para todas as pessoas. Pode promover o pleno emprego, os direitos no trabalho e o acesso equitativo à proteção social, bem como fomentar um ambiente favorável às empresas sustentáveis e ao crescimento da produtividade. Os resultados da investigação apontam para o papel do diálogo social ao mais alto nível na coordenação de iniciativas políticas transversais através

de uma abordagem de “todo o governo” no âmbito de cada pilar da Agenda para o Trabalho Digno. O relatório destaca vários exemplos de intervenientes ao mais alto nível que colmatam as lacunas entre os departamentos governamentais que lidam com questões económicas e sociais, promovendo assim a coerência das políticas nos esforços para alcançar o ODS 8.

► O diálogo social ao mais alto nível pode melhorar a conceção e a implementação de políticas de emprego plenas e produtivas, incluindo as políticas nacionais de emprego e o funcionamento eficaz dos serviços públicos de emprego.

Os dados da OIT relativos a 40 políticas nacionais de emprego adotadas entre 2005 e 2020 revelam que o diálogo social ao mais alto nível foi utilizado na conceção, implementação e avaliação das políticas de emprego em cerca de 80 por cento das políticas analisadas. Além disso, os resultados de um inquérito aos conselhos de administração dos serviços públicos de emprego indicam que os parceiros sociais estão envolvidos na governação dos serviços públicos de emprego em mais de 30 por cento dos países inquiridos. Participam igualmente na avaliação de programas de informação sobre o mercado de trabalho, de programas de adequação da oferta e da procura de emprego e outros programas de formação e de melhoria das competências. De um modo geral, os dados sugerem que o diálogo social ao mais alto nível na definição de políticas de emprego é mais propiciador de interações entre os ministérios da Economia e das Finanças, os ministérios setoriais e os bancos centrais, em comparação com a definição de políticas unilaterais do topo para a base. Simultaneamente, é necessário prestar mais atenção aos grupos de trabalhadores desfavorecidos no mercado de trabalho, em especial as mulheres, a população jovem, as trabalhadoras e trabalhadores informais e as unidades económicas, para garantir que as políticas de emprego respondem às suas necessidades específicas.

► O diálogo social ao mais alto nível desempenha um papel fundamental na definição e aplicação de normas que promovem os direitos no trabalho...

A natureza consultiva do diálogo social ao mais alto nível proporciona um ambiente propício para explorar e adotar quadros regulamentares que se adaptem às mudanças no mundo do trabalho, promovendo simultaneamente os direitos dos trabalhadores. Esta abordagem ajuda a conciliar interesses diversos e garante o empenho dos atores do mercado de trabalho na reforma da legislação laboral. Os dados sugerem que muitas revisões da legislação laboral envolveram consultas tripartidas, tendo a legislação final refletido as propostas dos parceiros sociais em diferentes graus. Por exemplo, um acordo concluído no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social de Portugal conduziu a uma alteração do Código do Trabalho destinada a reduzir o trabalho precário e a reforçar a negociação coletiva.

► ... incluindo a segurança e saúde no trabalho (SST).

Os dados indicam que cerca de quatro quintos dos Estados-membros da OIT criaram organismos nacionais tripartidos de SST que contribuem para a conceção de políticas e promovem uma cultura de prevenção de acidentes, de doenças e de mortes no local de trabalho. Um exemplo de destacar é o Grupo de Trabalho Técnico Tripartido Nacional da Namíbia, que elaborou diretrizes para garantir um regresso seguro ao trabalho durante a pandemia de COVID-19 e chegou a acordo sobre os principais elementos de um projeto de lei sobre SST que promove a criação de comités de SST ao nível das empresas. Além disso, o diálogo social ao mais alto nível a nível setorial é vital para promover melhores resultados em matéria de SST, através da conceção e aplicação de políticas adaptadas às especificidades de diferentes setores, como a construção e o pronto-a-vestir.

► O diálogo social ao mais alto nível pode contribuir para o desenvolvimento de sistemas de proteção social eficazes, de elevada qualidade e eficientes em termos de recursos.

A sua função de criação de consensos permite que diversas necessidades sejam expressas e abordadas, ajudando a melhorar a qualidade e a cobertura das estratégias de proteção social. Os parceiros sociais podem influenciar de forma significativa as políticas de segurança social e as prestações de proteção social financiadas por impostos, incluindo em tempos de crise, muitas vezes no âmbito das INDS. Os dados da OIT de 2014 a 2023 mostram que os parceiros sociais estiveram envolvidos em 158 reformas legais relacionadas com os sistemas de proteção social em 65 países, levando à expansão das pensões, da cobertura de saúde e dos benefícios dos trabalhadores. Além disso, os parceiros sociais contribuem para o acompanhamento dos sistemas de proteção social e para a gestão dos programas de proteção social através da sua representação nos conselhos de administração dos regimes de segurança social.

► O apoio do diálogo social ao mais alto nível à coordenação em vários domínios políticos é essencial para criar um ambiente propício às empresas sustentáveis.

O empreendedorismo sustentável exige um equilíbrio entre os objetivos económicos, sociais e ambientais, envolvendo frequentemente compromissos. Ao promover a colaboração entre os diferentes departamentos governamentais e as partes interessadas, o diálogo social ao mais alto nível facilita a identificação de formas de reduzir ou ultrapassar as divergências e contribui para quebrar alguma compartimentação administrativa que impede a elaboração de políticas coerentes. Esta abordagem é vital, uma vez que o desenvolvimento sustentável das empresas exige que sejam adotadas medidas em áreas estratégicas para além das questões laborais. Esta prática é evidenciada através do envolvimento dos parceiros sociais nos conselhos de administração dos organismos de ensino e formação técnica e profissional coordenados por diferentes ministérios e agências governamentais, bem como nos conselhos de administração de organismos de competências setoriais como o Chile-Valora, a Comissão do Sistema Nacional de Certificação de Competências Laborais no Chile.

► O diálogo social ao mais alto nível é essencial para promover uma mudança estrutural inclusiva e promotora da produtividade, assegurando assim um crescimento sustentável da produtividade.

Uma interação eficaz entre o diálogo social ao mais alto nível e o diálogo social a nível empresarial ajuda as organizações de empregadores e de empresas e as organizações de trabalhadores a manter e a coordenar os ganhos de produtividade. A investigação mostra que práticas eficazes de diálogo social ao nível da empresa aumentam o desempenho, a inovação e o bem-estar no local de trabalho. Para além dos ganhos a nível das empresas, um crescimento mais amplo da produtividade do trabalho exige mudanças económicas estruturais e a transferência da atividade económica de setores de menor para maior produtividade. De um modo geral, o crescimento sustentado da produtividade, quando acompanhado de processos de diálogo social ao mais alto nível que acelerem a partilha equitativa dos ganhos de eficiência, contribui significativamente para a melhoria dos salários. Além disso, os quadros políticos internacionais, incluindo certos acordos comerciais, oferecem oportunidades para o diálogo social ao mais alto nível moldar as políticas nacionais relativas ao investimento direto estrangeiro e às operações das empresas multinacionais.

Reforço das instituições do diálogo social ao mais alto nível para uma distribuição justa dos rendimentos do trabalho

Nas últimas décadas, a desigualdade de rendimentos do trabalho tornou-se uma questão premente, agravada pela crise de COVID-19. As crescentes disparidades salariais e de rendimentos minam os esforços de redução da pobreza, limitam a mobilidade social e aumentam o risco de agitação social. Com base em pesquisas a nível mundial e exemplos de países, o relatório demonstra como o diálogo social ao mais alto nível pode promover uma distribuição justa dos rendimentos do trabalho, fomentando quadros políticos inclusivos que dão prioridade à igualdade de rendimentos e ao desenvolvimento económico sustentável, em conformidade com a Agenda 2030. Destaca o papel do diálogo social tripartido, da fixação do salário mínimo com a participação dos parceiros sociais e da negociação coletiva setorial na abordagem da crise do custo de vida e na resolução das diferenças salariais entre homens e mulheres. O relatório insta os países a reforçarem estas instituições do diálogo social ao mais alto nível para restaurar a equidade de rendimentos para as trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo.

► Há um interesse renovado nas políticas de salário mínimo, mas subsistem grandes lacunas em termos de cumprimento e cobertura.

Mais de 90 por cento dos Estados-membros da OIT estabeleceram sistemas de salário mínimo, o que realça a sua importância para a promoção da justiça social. No entanto, muitos sistemas não protegem adequadamente todas as trabalhadoras e trabalhadores devido a lacunas no cumprimento e na cobertura legal. Os ajustamentos irregulares das taxas de salário mínimo corroem o poder de compra, especialmente durante as crises económicas. O relatório sublinha a necessidade de ajustamentos mais frequentes durante os períodos inflacionistas e apela ao pleno envolvimento dos parceiros sociais, tal como previsto na Recomendação (n.º 135), sobre a fixação do salário mínimo de 1970.

► A participação direta e em pé de igualdade, dos parceiros sociais, na definição, fixação e adaptação dos salários mínimos legais é fundamental para aumentar a sua eficácia na redução da pobreza e da desigualdade de rendimentos.

A maioria dos países consulta as organizações de trabalhadores e as organizações de empregadores, muitas vezes através de órgãos tripartidos, antes da fixação dos salários. No entanto, a qualidade e o impacto dessas consultas variam muito. O relatório mostra que os mecanismos de fixação de salários mínimos que envolvem ativamente os parceiros sociais são mais eficazes na proteção de quem tem baixos salários e na redução das desigualdades salariais, uma vez que equilibram as necessidades dos trabalhadores e as considerações de ordem económica. Por exemplo, na África do Sul, os parceiros sociais desempenham um papel significativo na fixação dos salários através da sua participação na Comissão Nacional do Salário Mínimo.

► **A combinação da fixação do salário mínimo com a negociação coletiva setorial maximiza o impacto do diálogo social ao mais alto nível na distribuição equitativa dos rendimentos do trabalho.**

Enquanto forma fundamental de negociação multi-empregadores, a negociação coletiva setorial é um dos instrumentos mais eficazes de diálogo social ao mais alto nível para combater a elevada desigualdade dos rendimentos do trabalho. Em conjunto, estes mecanismos de diálogo social ao mais alto nível são essenciais para proteger quem auferir baixos salários, promover o crescimento dos salários reais e promover a justiça salarial. Em contrapartida, os países que não dispõem de instituições de diálogo social ao mais alto nível eficazes estão menos bem equipados para estabelecer o enquadramento necessário para alcançar uma distribuição justa dos rendimentos do trabalho.

► **O diálogo social tripartido, os salários mínimos e a negociação coletiva setorial ajudam a distribuir os custos da inflação de forma mais equitativa entre empregadores e trabalhadores, protegendo os salários e os rendimentos reais.**

Os países adotaram várias medidas, como ajustamentos salariais automáticos e discricionários, muitas vezes em consulta com os parceiros sociais. Em Marrocos, por exemplo, os pactos sociais tripartidos de 2022 e 2024 permitiram aumentar os salários mínimos e proporcionar benefícios não salariais, como reduções e isenções fiscais, destinados às famílias com rendimentos baixos e médios. Outros países, como é o caso de França, atualizam os salários mais baixos com base em indicadores de custo de vida, após consulta dos parceiros sociais. Por último, os países com fortes tradições em matéria de relações laborais, nomeadamente os países nórdicos, recorreram a acordos coletivos setoriais para proteger o poder de compra. Isto inclui mecanismos de indexação automática e renegociações frequentes dos salários acordados coletivamente para garantir aumentos salariais reais durante períodos de inflação elevada.

► **Através do diálogo social ao mais alto nível, os parceiros sociais podem também contribuir para reduzir as diferenças salariais entre homens e mulheres.**

Os parceiros sociais podem impulsionar o progresso ajustando as políticas de salário mínimo e expandindo as proteções legais para reduzir as diferenças salariais entre homens e mulheres. As mulheres estão desproporcionalmente representadas entre os trabalhadores com baixos salários e em setores onde a cobertura é limitada, como o trabalho doméstico. Por exemplo, em Itália, o diálogo social ao mais alto nível, sob a forma de negociação coletiva setorial, contribui para regular os salários e as condições de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, promovendo o trabalho digno e a formalização no setor. Além disso, as organizações de empregadores e de empresas e as organizações de trabalhadores podem promover o princípio de “salário igual para trabalho de igual valor” para mulheres e homens através da negociação coletiva setorial, e procurar resolver disparidades no meio da distribuição salarial. Os acordos de 2022 sobre as equipas nacionais femininas e masculinas de futebol dos Estados Unidos da América ilustram bem o poder do diálogo social setorial para promover a igualdade de remuneração entre mulheres e homens em funções semelhantes. Por último, os parceiros sociais podem assegurar que o crescimento salarial nos setores dominados pelas mulheres, incluindo o setor público, se mantenha alinhado com o das indústrias dominadas pelos homens.

O diálogo social ao mais alto nível para uma transição digital e verde eficaz e inclusiva

A mudança para economias digitais e ambientalmente sustentáveis está a reconfigurar o mundo do trabalho. Embora estas transformações ofereçam oportunidades de crescimento económico, inovação e criação de emprego, também apresentam riscos de grandes perturbações no mercado de trabalho. O relatório sublinha o papel crucial do diálogo social ao mais alto nível para aproveitar estas oportunidades e enfrentar os desafios através de estratégias eficazes e inclusivas que protejam tanto os trabalhadores como as empresas. O diálogo social ao mais alto nível promove o consenso social sobre a transformação digital e as políticas de descarbonização. Procura dotar a força de trabalho com competências relevantes necessárias a estas transições e a dar prioridade à inclusão dos grupos desfavorecidos. No entanto, o recurso ao diálogo social ao mais alto nível para gerir a “dupla transição” não está ainda generalizado, em especial nos países com instituições de diálogo social menos bem estabelecidas. O relatório mostra que apenas um quarto dos mais de 100 processos e resultados do diálogo social ao mais alto nível entre janeiro de 2022 e dezembro de 2023 abordaram temas da dupla transição - a maioria dos quais em países europeus.

Além disso, os resultados do inquérito confirmam que a transformação digital e as alterações climáticas não ocupam um lugar de destaque nas agendas das INDS. A renovada atenção dada às políticas industriais que visam a diversificação económica e a transformação estrutural, envolvendo agora uma maior colaboração entre os intervenientes públicos e privados, incluindo os parceiros sociais, constitui uma oportunidade oportuna para fazer avançar o papel do diálogo social ao mais alto nível na condução da dupla transição. De um modo geral, as transições digital e verde estão a emergir como áreas-chave para o diálogo social ao mais alto nível, mas principalmente nos países de elevado rendimento. Para evitar o agravamento das desigualdades, é crucial abordar as disparidades na capacidade das economias em desenvolvimento para se adaptarem a estas transições através do diálogo social ao mais alto nível.

► Em vários países, o diálogo social ao mais alto nível está a desempenhar um papel importante na melhoria da remuneração e das condições de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia das plataformas, bem como na clarificação da sua relação laboral. Os dados sugerem uma interação positiva entre o diálogo social ao mais alto nível e o diálogo social ao nível das empresas sobre estes temas.

A participação ativa dos parceiros sociais na definição da legislação e das práticas da economia das plataformas facilitou a adoção de soluções equilibradas que respondem às necessidades dos trabalhadores e das empresas, garantindo a proteção do trabalho e a concorrência leal. Um exemplo significativo é a lei espanhola “Ley Rider”, que surgiu de um acordo tripartido e levou ao reconhecimento dos estafetas de entrega de comida que trabalham para plataformas digitais como trabalhadores. A negociação coletiva setorial, especialmente nos transportes e na logística, é também amplamente utilizada pelos parceiros sociais para regular os salários, o tempo de trabalho, a proteção social e a segurança e saúde. O relatório mostra que o diálogo social ao mais alto nível, tanto a nível nacional como setorial, criou as condições para melhorar os direitos das trabalhadoras e trabalhadores das plataformas através do diálogo social a nível empresarial, nomeadamente promovendo a organização dos trabalhadores num setor muitas vezes caracterizado pela dispersão da sua mão de obra.

► **O diálogo social ao mais alto nível também está a emergir como uma ferramenta eficaz para facilitar a transformação digital das empresas tradicionais e abordar os riscos potenciais associados à gestão algorítmica e aos grandes modelos linguísticos de inteligência artificial (IA).**

Desde a crise de COVID-19, os parceiros sociais têm desempenhado um papel cada vez mais importante na redação de legislação relativa ao trabalho à distância, abrindo caminho para a expansão da negociação coletiva e da cooperação no local de trabalho em matéria de digitalização nas empresas tradicionais. Acordos recentes na Europa e nos Estados Unidos da América, tanto a nível setorial como nas principais empresas de alta tecnologia, estão também a abrir novos caminhos para a governação da IA. Por exemplo, um acordo celebrado em 2023 entre uma grande empresa de TI e um sindicato nos Estados Unidos da América compromete a administração a informar os trabalhadores sobre as tendências da IA e a incorporar as suas perspetivas no desenvolvimento da IA. Dada a rápida evolução da IA, a capacidade do diálogo social ao mais alto nível para conceber soluções atempadas, adaptadas e equilibradas é vista por muitas partes interessadas como uma alternativa credível à legislação prescritiva e rígida do topo para a base.

► **As instituições do diálogo social ao mais alto nível centradas no desenvolvimento de competências são essenciais para dotar as trabalhadoras e trabalhadores com as competências necessárias para navegar no futuro do trabalho.**

Estas instituições podem desempenhar um papel crucial no reconhecimento das competências digitais e no mapeamento das competências adquiridas através de programas de ensino e formação técnica e profissional, respondendo à crescente procura de formação e reconversão profissional induzida pelas tecnologias digitais. Por exemplo, o Conselho Canadano para as Competências do Futuro, um organismo *ad hoc* do diálogo social ao mais alto nível com representantes do governo, do mundo do trabalho, das empresas e da sociedade civil, propôs uma plataforma de reconhecimento de competências digitais para ajudar a colmatar o fosso digital e as lacunas em matéria de participação no emprego e no acesso à formação profissional.

► **O diálogo social ao mais alto nível é vital para garantir que a transição verde seja justa tanto para os trabalhadores como para as empresas, alinhando os objetivos ambientais e sociais com o crescimento económico.**

À medida que as políticas ambientais se tornam mais rigorosas, a popularidade dos governos pode diminuir. Neste contexto, o diálogo social ao mais alto nível desempenha um papel fundamental na criação de um consenso entre os governos, os parceiros sociais e a sociedade sobre a necessidade de descarbonização. Através do diálogo social ao mais alto nível, as partes interessadas podem chegar a acordo sobre roteiros para traduzir as políticas climáticas nacionais e internacionais em medidas concretas, como a redução das emissões e a promoção de locais de trabalho ambientalmente sustentáveis, como na Polónia e na República da Coreia, ou sobre planos nacionais de recuperação que coloquem a sustentabilidade ambiental no seu centro, como em Barbados. Além disso, os acordos setoriais, em especial em indústrias como a mineira e a energética, incluem disposições relativas a ajustamentos salariais, proteção social alargada e desenvolvimento de competências, garantindo a proteção das trabalhadoras e trabalhadores afetados pela transição verde.

► **O aumento da frequência das ondas de calor está a levar os governos e os parceiros sociais a abordar o stress térmico através de um diálogo social centrado na SST.**

As consultas tripartidas desempenham um papel fundamental na elaboração da legislação, fornecendo orientações técnicas e ferramentas para atenuar o impacto do stress térmico no trabalho e na produtividade, especialmente em setores de alto risco, nomeadamente a agricultura, a silvicultura, a pesca e a construção. Por exemplo, a Comissão Tripartida de Saúde Ocupacional da Costa Rica desenvolveu legislação sobre a prevenção do stress térmico e a proteção no trabalho, a par de campanhas, orientações e formação para apoiar a sua aplicação. A negociação coletiva setorial também está a emergir, com um enfoque atual na gestão do tempo de trabalho para mitigar os riscos relacionados com o calor, como se vê no setor da construção na Alemanha, e na compensação dos trabalhadores afectados, como na indústria florestal e do mobiliário em Itália.

► **Apesar dos impactos significativos das alterações climáticas e ambientais que afetam em particular as mulheres, os agentes da economia informal e os povos indígenas e tribais, o diálogo social ao mais alto nível dirigido a estes grupos é limitado.**

O diálogo social ao mais alto nível sensível ao género é raro, apesar da forte dimensão de género dos desafios ambientais. As trabalhadoras e trabalhadores e as unidades económicas da economia informal, que também são desproporcionadamente afetados pelas alterações climáticas, vêem poucos esforços centrados tanto na formalização como na transição verde, com alguns exemplos em África, de que é exemplo o Quênia. Os povos indígenas e tribais enfrentam grandes riscos decorrentes da transição verde, incluindo ameaças aos seus meios de subsistência e migração forçada devido à extração de recursos para a produção de energia sustentável. No entanto, também desempenham um papel importante na sustentabilidade ambiental, utilizando os conhecimentos tradicionais para informar as avaliações de impacto e promovendo práticas de “agricultura regenerativa”. Na América Latina, as instituições dedicadas ao diálogo social ao mais alto nível estão a incorporar as suas vozes durante as consultas sobre legislação ambiental e sobre projetos que afetam as suas comunidades. No Peru, os povos indígenas, incluindo as organizações de mulheres indígenas, foram formalmente consultados durante a formulação da Lei-Quadro sobre Alterações Climáticas, sublinhando a importância da participação sua na definição das políticas ambientais.

Aproveitar as oportunidades do diálogo social ao mais alto nível para a justiça social

As abordagens de curto prazo e não inclusivas do desenvolvimento económico e do progresso social estão a dificultar os esforços globais para alcançar os objetivos da Agenda 2030. Podem também minar a eficácia do diálogo social ao mais alto nível na promoção do trabalho digno e da justiça social. No entanto, os atores e as instituições do diálogo social ao mais alto nível têm o potencial de promover a colaboração nas sociedades, identificando soluções partilhadas para desafios complexos no mundo do trabalho e não só, especialmente quando os interesses sociais divergem. O diálogo social ao mais alto nível pode desempenhar um papel crucial na formação de um “contrato social renovado”. Isto implica redefinir a relação entre os governos e os seus cidadãos, bem como a nível das sociedades, o que é essencial para enfrentar os desafios atuais. Proporciona igualmente uma via para aproveitar as oportunidades proporcionadas pelas transições digital e verde para um futuro equitativo e sustentável

para todas as pessoas. Ao fomentar a confiança entre as pessoas e as instituições, o diálogo social ao mais alto nível pode assegurar a inclusão, a proteção e a participação, valorizando simultaneamente o que é importante para as pessoas e para o planeta e reconhecendo as necessidades e os condicionalismos dos empregadores. Promove a participação democrática no mundo do trabalho, atuando como um complemento necessário às instituições da democracia representativa. Para explorar plenamente o poder emancipador do diálogo social ao mais alto nível, o presente relatório apela a uma ação mais forte para reforçar a inclusividade e a eficácia das instituições, processos e agentes do diálogo social ao mais alto nível. Isto exige, acima de tudo, o seguinte:

- ▶ Respeitar, promover e realizar os princípios e direitos fundamentais no trabalho, a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva para todas as trabalhadoras e trabalhadores, bem como os outros pré-requisitos.
- ▶ Reforçar a capacidade das instituições e dos atores do diálogo social ao mais alto nível para um envolvimento significativo. Isto implica dotar os parceiros sociais e as administrações do trabalho dos recursos e competências necessários. O diálogo social deve ser integrado em todos os domínios políticos relevantes através de uma abordagem de “todo o governo”.
- ▶ Aumentar a representatividade dos parceiros sociais e alargar o seu alcance a grupos sub-representados, em especial às trabalhadoras e trabalhadores e às unidades económicas da economia informal, às trabalhadoras e trabalhadores em regimes de trabalho emergentes, migrantes, jovens e micro, pequenas e médias empresas.
- ▶ Incentivar a realização de avaliações regulares, baseadas em dados concretos, do papel, da influência e dos resultados das instituições do diálogo social ao mais alto nível na tomada de decisões socioeconómicas. Isto inclui avaliações e diagnósticos das INDS com o apoio da OIT, bem como a exploração do possível estabelecimento de um indicador global para medir a eficácia e a inclusividade do diálogo social ao mais alto nível.